

Reflexões sobre a Prática de Ensino

Gilberto de Castro*

A disciplina de Prática de Ensino é, talvez, no conjunto das disciplinas da licenciatura, a que mais gera polêmica e descontentamento. Se de um lado o professor é pressionado por questões legais a enviar e acompanhar o licenciando até a escola para que ele pratique o que aprendeu na graduação, de outro, há toda uma série de dificuldades impostas ao professor da Prática de Ensino que, não raramente, faz-nos pensar, por mais herético que isso possa parecer, que os alunos ficariam mais bem assistidos pela disciplina se não deixassem o conforto (não tão confortável assim, diga-se de passagem) das cadeiras da universidade.

Hoje, na condição de professor desta disciplina já há quatro anos nesta Instituição, freqüentemente recordo de minhas impressões de quando fui aluno da Prática de Ensino, e vejo que determinados problemas relativos a ela são muito antigos e, na sua maioria, dificilmente podem ser solucionados solitariamente pelo professor. Quando cursava essa disciplina aconteceram dois fatos que me chamaram a atenção. O primeiro, que veio em meu benefício, e talvez por isso não me levou a muito questionamento, foi que a minha professora, sabendo que eu já era professor (e eu não era o único da sala), dispensou-me do estágio formal, fosse o de observação, fosse o de regência. O único compromisso do qual eu e meus colegas alunos-professores não pudemos nos desvencilhar foi o de participar dos bons debates que a professora fazia sobre o ensino da língua materna, com bibliografia atual de bons autores.

O segundo fato aconteceu quando a professora, a partir de um dado momento do semestre letivo (não me recordo com precisão este momento), disse à turma que procurasse uma escola qualquer para realizar o

*Professor do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

estágio que seria, no final, avaliado com um relatório. Fui tomado de espanto por aquela atitude da professora. No meu entender, aquilo era totalmente condenável, o que me fez interpelá-la sobre a sua fala; afinal, *onde já se viu estar numa universidade tradicional como a nossa e o aluno ter que sair correndo atrás de campo de estágio!* Ela foi bastante parcimoniosa na resposta, dizendo apenas que era quase impraticável proceder de outra forma. Na condição de aluno – e beneficiado ainda – passei do protesto ostensivo para questionamentos surdos, que também logo sucumbiram em meio às minhas tarefas de aluno e professor.

Alguns anos se passaram, e nesse tempo o episódio aqui narrado foi ficando cada vez mais escondido. Escondido até meu ingresso, em 1992, nesta Universidade, para ministrar duas disciplinas – Metodologia de Ensino e Prática de Ensino de Língua Portuguesa. Foi aí, então, que me deparei pela primeira vez com o quinhão que me cabia no segundo semestre do ano: minhas primeiras duas turmas de Prática de Ensino.

A partir deste momento, meu episódio enquanto estudante se avivou novamente em minha cabeça. E, o que é pior, senti-me como professor, imaginariamente sendo inquirido por mim mesmo como aluno. De quando eu tinha sido aluno para agora como professor, eu começava, nas primeiras andanças atrás de escolas para meus alunos, a entender situações e reações do passado; em outras palavras, agora eu interpelava a mim mesmo, mas não tão provocativamente como eu havia feito com a minha professora. Em resumo, estavam sob minha responsabilidade naquele semestre quinze alunos do turno da manhã e vinte e oito da noite. Quarenta e três alunos para quem eu, a duras penas, tendo de ouvir de diretores, coordenadores e professores, na condição de pedinte de primeira hora, *isso pode, isso não, isso dá, isso não dá*, arrumei campo de estágio. Consegui, assim, que aqueles meus primeiros alunos fossem à escola. Com as mesmas dificuldades, é ainda assim que venho procedendo.

Essa pequena narrativa é ao mesmo tempo um desabafo, uma introdução ao debate e de certa forma também uma espécie de síntese do que vem a seguir. Ela aparece aqui não no sentido de recuperar uma interpelação crítica negativa à minha professora, mas sim como exemplo de que certas questões relacionadas à Prática de Ensino estão muito aquém da responsabilidade apenas do professor da disciplina. Infelizmente, porém, não cabe na narrativa o rol de problemas que a cerca, pois, assim como a minha antiga professora, eu descobri, pela experiência inicial e pelas sucessivas, que o número excessivo de alunos coloca barreiras para a atuação competente do professor, já que inviabiliza um acompa-

nhamento constante dos alunos em seus campos de estágio, ao mesmo tempo em que transforma implacavelmente o professor em andarilho, muitas vezes errante. Muito provavelmente o procedimento de minha professora se justificava por motivos como esse.

Com a experiência acumulada até aqui à frente da disciplina, e inspirado por uma concepção da Prática de Ensino como sendo o momento fundamental do curso em que o aluno tem a possibilidade de colocar em prática uma postura teórico-metodológica, penso que outros aspectos, além dos mencionados acima, devem ser levados em consideração no debate. Um ponto nevrálgico e relevante para a reflexão diz respeito à própria disposição curricular da disciplina, ou seja, a questão é: como efetivar uma *prática real*, que atenda à prerrogativa da nossa concepção, com uma disciplina cuja carga horária não ultrapassa as quatro horas semanais? Embora seja uma disciplina que exija deslocamento, muitas vezes até distantes do núcleo universitário, a prática, da maneira como está posta no currículo, com essa reduzida carga horária, está disposta de forma a oportunizar muito mais um trabalho teórico do que prático – é bom lembrar que um número grande de licenciaturas possuem para a Prática de Ensino a mesma carga horária destinada às disciplinas teóricas. Além da carga horária reduzida, ela acontece normalmente em dois dias separados, cabendo a cada um deles duas horas-aula. Isso dificulta qualquer tipo de atividade contínua do aluno na escola onde estagia. E, mesmo que as quatro horas semanais fossem aglutinadas em um único dia – o que não é difícil de conseguir junto a um coordenador de curso sensível –, embora mais amena, ainda assim a descontinuidade aconteceria, porque os horários de aula na Universidade dificilmente casam com os da escola. Isto é, com apenas quatro horas semanais obrigatórias para a Prática de Ensino no currículo, dificilmente o estudante consegue se integrar ao trabalho da escola, inviabilizando qualquer projeto de continuidade e, com isso, impedindo a oportunidade de exercer a atividade prática de forma menos postiça. Outro ponto negativo, também motivado pela reduzida carga horária da Prática de Ensino e ainda pela alternância dos dias destinados a ela, é a imensa dificuldade que o professor tem em conseguir para o estágio do seu aluno uma escola em que a perspectiva teórico-metodológica do professor corresponda – senão no todo, ao menos em parte – à sua concepção teórico-prática. Essa identificação me parece fundamental, pois sem ela com certeza o caráter provisório e experimental do estágio se acentua ainda mais, devido ao fato de que o trabalho desenvolvido pelo estagiário vai se apresentar claramente dissonante ao execu-

tado pelo professor responsável pela turma. Com a fragmentação e a reduzida carga horária da disciplina, a questão de viabilizar campo de estágio para alunos na maioria das vezes se pauta por questões burocráticas e não teórico-acadêmicas; ou seja, resumindo de uma maneira meio absurda, *antes de uma escola, o aluno da prática precisa de um horário*. Se tiver sorte – *mas isso já é secundário* – talvez consiga casar o horário de sua disciplina na universidade ao horário de alguma *escola interessante, que possua um professor interessado e competente e que, além disso, se aproxime às exigências metodológicas do seu mestre da Prática de Ensino*. É verdade que o simples aumento de carga horária por si não é capaz de gerar a melhoria da qualidade do estágio. Contudo, articulado com outras mudanças (redução de número de alunos por professor, por exemplo) parece inegável que esse é um passo fundamental para resgatar a Prática de Ensino do seu caráter excessivamente artificial.

Há ainda um outro dado – um outro problema – de natureza um pouco distinta dos anteriores, mas nem por isso menos importante, que pode ser acrescentado ao rol que compõe a Prática de Ensino. Esse dado diz respeito à precariedade de domínio do conteúdo com que chegam determinados alunos para cursarem a disciplina. No caso dos estudantes de Letras, um número nem sempre muito pequeno de alunos chega à disciplina ainda sem o domínio de questões básicas que envolvem principalmente a linguagem escrita, o que cria obstáculos para o entendimento de determinadas questões metodológicas de ensino da língua. Deve parecer evidente que o professor da Prática de Ensino, considerando o momento da sua atuação – o final do curso – fica quase sem ação diante de problemas dessa ordem, tendo pouco a fazer por alunos com esse perfil. Nesse momento do curso muitas vezes nem mesmo a reprovação se mostra saneadora. E, quando ela se revela como uma alternativa viável, acabamos por engrossar ainda mais a fileira de alunos da disciplina para o semestre seguinte. Ou seja: ao tentar amenizar um problema, fatalmente alimentamos outro.

Assim, em linhas gerais, a meu ver, os problemas relativos à disciplina de Prática de Ensino podem ser resumidos da seguinte maneira:

- a) a carga horária de quatro horas semanais está muito aquém do mínimo necessário para possibilitar ao estagiário uma pré-integração profissional com o trabalho na escola;
- b) decorrente desse número reduzido de horas, na seleção de escola, só casualmente se pode levar a rigor o critério da necessidade de identi-

dade teórico-metodológica entre a escola campo de estágio e o viés aprendido e desenvolvido no ambiente universitário;

c) o excessivo número de alunos que fica a cargo normalmente de um único professor e num mesmo horário dificulta: 1) a obtenção de campos de estágio que absorvam todos os alunos; 2) o acompanhamento efetivo do aluno pelo professor; 3) tal como o item b, a identificação teórico-metodológica entre campo de estágio e universidade.

Evidentemente esses não são os únicos problemas que a disciplina apresenta, mas se entendermos a Prática de Ensino como um momento insubstituível na carreira do estudante, uma vez que é ela a responsável pelo seu primeiro contato com o mundo profissional, então certamente esses parecem ser os mais cruciais. Cruciais porque interferem diretamente na possibilidade do exercício de transposição da teoria em prática profissional. Infelizmente, da maneira como a Prática de Ensino vem sendo tratada, fica difícil interpretá-la como uma das disciplinas fundamentais (senão a mais) das licenciaturas. Ao dizer isso, contudo, não pretendo aqui me fazer porta-voz das demais licenciaturas, afinal as conclusões a que cheguei sobre a disciplina se restringem basicamente às minhas experiências com o curso de Letras. Não pretendo, portanto, negar as características e especificidades próprias das demais licenciaturas. Em todo caso, quando nos deparamos com os maus tratos que a disciplina de Prática de Ensino sofre (nesse sentido as conversas informais com meus colegas da Prática de Ensino de outras licenciaturas têm sido um material valioso), não fica difícil entender que num sentido, ao menos, estamos todos diante de uma única e capciosa realidade: o descaso com as licenciaturas, com a sua natureza, suas exigências e necessidades. E, ao mesmo tempo em que as licenciaturas são maltratadas, vemos aumentar o fosso de miséria do mercado de trabalho do professor. Tanto um como outro são lados de uma mesma moeda. Embora possamos criticar, discutir e propor melhorias para a condição de trabalho do professor, parece-me evidente que o nosso raio de ação aí, pela própria natureza de nossa atividade, será sempre limitado – afinal, somos professores e não políticos. Por outro lado, nos é inalienável a responsabilidade de debater e buscar caminhos e soluções mais competentes e verdadeiras para as nossas licenciaturas. Uma das maneiras é prosseguir no debate sobre os currículos das licenciaturas de uma maneira geral e sobre a Prática de Ensino em específico, buscando entendê-la na sua natureza específica e intransferível de *articuladora do universo teórico ao prático e do universo acadêmico ao profissional*.

RESUMO

Este texto apresenta alguns dos principais problemas relativos à Prática de Ensino na UFPR. A eleição de tais problemas decorrem do ponto de vista de que essa disciplina tem por finalidade primeira possibilitar ao aluno o exercício teórico, metodológico e prático de sua área específica de conhecimento.